

AGENDA LEGISLATIVA (25/11 – 29/11)

FRENTE PARLAMENTAR DO EMPREENDEDORISMO

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sem pautas de interesse até o momento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

25/11 - Segunda-Feira (14h30)

Audiência Pública

Finalidade: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "O propósito dessa reunião será discutir o Imposto Seletivo, que visa mitigar externalidades negativas relativas à saúde e ao meio ambiente. Deverão ser discutidos os bens e serviços onerados pela exação, as bases de cálculo e alíquotas incidentes."

Convidados:

- Sr. Marcello Fragano Baird, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde
- Sr. João Hamilton Rech, Assessor e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Sr. Felipe Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF)
- Sr. Marcos Aurélio P. Valadão, Membro da Comissão de Reforma Tributária da OAB/DF
- Sra. Luiza Machado, Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da FGV/SP
- Sr. Rodrigo Marinho, Representante do Instituto Livre Mercado (ILM)
- Sr. Rinaldo Mancin, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)
- Sr. Waldir Salvador, Consultor Institucional da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG)
- Sra. Viviana Santiago, Diretora Executiva da Oxfam Brasil
- Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGás, Diretora Acadêmica da Associação Brasileira do Direito e Economia (ABDE)
- Sr. Roberto Hollanda, Diretor-Executivo da Bioenergia Brasil
- Sr. Eric Brasil, Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR)
- Sr. Plínio Augusto Lemos Jorge, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL)
- Sr. Eduardo Muniz Cavalcanti, Consultor da Associação Brasileira da Indústria de Fumo (ABIFUMO)
- Sr. Victor Bicca Neto, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não alcoólicas (ABIR)
- Sr. José Eduardo Marcedo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD)

- Sr. Gilberto Tarantino, Representante da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (ABRACERVA)
- Sr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC)
- Sr. Márcio Maciel, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV)

Posição FPE: Acompanhar

26/11 – Terça-Feira (10h)

Finalidade: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Convidados:

- Sr. Rogério Gallo, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso
- Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
- Sr. José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil)
- Sr. Tácio Lacerda Gama, Professor Livre-docente de Direito Tributária da PUC-SP
- Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, Assessor do Gabinete e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), e colaborador da Secretaria Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do Mulheres no Tributário

Posição FPE: Acompanhar

27/11 – Quarta-Feira (14h30)

Finalidade: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "O objeto da última audiência pública que propomos são as normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS."

Convidados:

- Ministro Bruno Dantas, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)
- Sr. Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE)
- Sr. Célio Fernando, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM)
- Sr. Carlos Eduardo Xavier, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (CONSEFAZ)
- Sr. Marcelo Rocha dos Santos, Presidente do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP)
- Sra. Mary Elbe Queiroz, Presidente do Centro Nacional para Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (CENAPRET)
- Sra. Adriana Gomes Rêgo, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil

- Sr. Lucas Carezzato Ayres, Consultor do Movimento Brasil Competitivo (MBC)
- Sr. Márcio Schuch, representante da ECGuaiba Contabilidade
- Sra. Francine Fachinello, Presidente do Mulheres no Tributário
- Sr. Luiz Gustavo Antônio da Silva Bichara, Procurador Especial de Direito Tributário, Advogado Tributarista e representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Posição FPE: Acompanhar

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL – CCDD

27/11 - Quarta-Feira (9h30)

Audiência Pública

4 - PL 4737/2023

Ementa: Altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários.

Autor: Sen. Wilder Moraes (PL/GO)

Relator: Sen. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), relatório favorável ao projeto

Posição FPE: Favorável ao projeto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

27/11 - Quarta-Feira (11h)

Audiência Pública

1 - PLS 252/2017

Ementa: Revoga os art.611–A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei.

Autor: Sen. Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Sen. Weverton (PDT/MA), relatório favorável ao projeto

Posição FPE: Contrário ao projeto / Contrário ao relatório



COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL – CTIADMTR

27/11 - Quarta-Feira (14h)

Audiência Pública

1 - Emenda(s) de Plenário ao PL 2481/2022. Será apresentado relatório sobre as Emendas n°s 4 a 32-PLEN.

Ementa: Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório não apresentado.

Posição FPE: **Acompanhar**

2 - Emenda(s) de Plenário ao PL 2483/2022. Será apresentado relatório sobre as Emendas n°s 15 a 50-PLEN.

Ementa: Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório não apresentado.

Posição FPE: **Acompanhar**

3 - Emenda(s) de Plenário ao PL 2488/2022. Será apresentado relatório sobre as Emendas n°s 9 a 22-PLEN.

Ementa: Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório não apresentado.

Posição FPE: **Acompanhar**

